REVISTA
APROXIMANDO

O BRASIL E O BRICS:
UMA ATUALIZAÇÃO SOB O VIÉS DA GEOGRAFIA ECONÔMICA

Luiz Claudio Januzzi Rocco Júnior[1]
Ciro Marques Reis[2]

RESUMO

O termo BRICs foi criado pelo economista Jim O'Neill em 2001. Ele tinha como base o crescimento econômico de países como a China e a Índia e, posteriormente, em virtude do potencial econômico, Brasil, Rússia e África do Sul. O objetivo desse artigo é descrever os motivos pelos quais o Brasil mantém sua condição de país emergente sem atingir patamares mais elevados de desenvolvimento econômico e social, revisitando alguns fatores de análise elencados por O'Neill em seu artigo original, que deu origem ao acrônimo BRICs, como demografia, os interesses geopolíticos e econômicos e a forma de adequação aos mercados internos e externos. O tema é relevante para que se possa ter o entendimento de como o subdesenvolvimento afeta as populações. O trabalho foi elaborado a partir de uma pesquisa exploratória através de análise de relatórios, jornais, artigos, livros e sites especializados. Para base teórica conceitual, a teoria meridionalista de André Martin e o histórico das cúpulas do BRICs em Vieira de Jesus. Concluímos que, no período de 10 anos da primeira reunião oficial dos BRICS, houve retrocesso do Brasil, em função da forte dependência ao mercado de commodities, que revela fragilidade geoeconômica importante. Em relação aos países do BRICS, China e Índia mantiveram estabilidade econômica, mesmo com alguma desaceleração econômica, enquanto Brasil, Rússia e África do Sul sofreram vieses econômicos. Tais dinâmicas diferenciadas são obstáculos para o fortalecimento econômico e geopolítico do BRICs no tabuleiro do mercado global, especialmente pelos conflitos de interesses existentes entre os países emergentes e desenvolvidos.

Palavras-chave: BRICs. Brasil. Geopolítica. Subdesenvolvimento. Economia. Geografia.

1 – Graduação em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Especialização em Ensino da Geografia e Meio Ambiente pelo Instituto Uniabeu. E-mail luizjunior54@gmail.com

2 – Coordenador de Disciplina Geografia Econômica do Curso de Licenciatura em Geografia EaD da UERJ, Doutor em Geografia UERJ, Professor Colaborador do Programa de Pós-graduação em Geografia - Campus Maracanã – UERJ. E-mail: ciro.reis@gmail.com

ABSTRACT

The term BRICs was coined by economist Jim O'Neill in 2001, based on the rapid economic growth of countries such as China and India, and later including Brazil, Russia, and South Africa due to their economic potential. This article aims to explore the reasons why Brazil remains classified as an emerging country without reaching higher levels of economic and social development. It revisits key analytical factors outlined by O'Neill in his original article, such as demographics, geopolitical and economic interests, and the countries' capacity to adapt to internal and external markets. The topic is relevant to understanding how underdevelopment affects populations. The study is based on exploratory research through the analysis of reports, newspapers, academic articles, books, and specialized websites. Conceptual and theoretical support draws from André Martin's Meridionalist theory and the BRICS summit history discussed by Vieira de Jesus. The study concludes that, ten years after the first official BRICS summit, Brazil has experienced setbacks due to its strong dependence on the commodities market, highlighting a significant geoeconomic vulnerability. While China and India have maintained economic stability, despite some signs of deceleration, Brazil, Russia, and South Africa have faced economic downturns. These differing dynamics present obstacles to the economic and geopolitical strengthening of BRICS within the global market, especially given the conflicting interests between emerging and developed countries.

Keywords: BRICs. Brasil. Geopolitic. Underdevelopment. Economy. Geography.

1 Introdução

O presente artigo faz uma recuperação de como se deu a criação do acrônimo BRICs, como ponto de partida para analisar a trajetória do Brasil e dos outros quatro países (China, Índia, Rússia e África do Sul) dentro deste grupo geopolítico e geoeconômico no cenário mundial. Como marco temporal, o marco de uma década do BRICs, uma janela de análise de 2009 e 2019. A relevância da temática se expressa, pela contextualização dos comportamentos do Brasil e dos países do BRICs dentro do cenário político e econômico mundial, observando suas estratégias para superar os obstáculos do subdesenvolvimento. Foram analisados os avanços e retrocessos do BRICs desde os primeiros encontros informais, e os desdobramentos para o Brasil. A problemática estabelecida neste artigo busca explicar os

motivos pelos quais o Brasil não aproveitou a onda de crescimento do BRICs, para dinamizar o desenvolvimento socioeconômico interno. A meta de verificar se o conceito criado por O'Neill em 2001 ainda é atual para China, Brasil, Índia, Rússia e África do Sul, tem como objetivo específico estabelecer comparações geoeconômicas e geopolíticas entre o Brasil e os demais membros do BRICs no período entre 2009 e 2019, entendendo a importância do país dentro do grupo e atribuir em qual lugar se encontra dentro do contexto econômico mundial e sua condição pertinente de emergente. A metodologia utilizada para alcançar os objetivos traçados foi o levantamento de dados e informações através de pesquisa com caráter exploratório com ênfase em análise documental e bibliográfica. A teoria geopolítica meridionalista, formulada pelo geógrafo André Martin foi usada como embasamento teórico para a construção desse trabalho, a partir da obra de Edu Silvestre de Albuquerque (2014). A recuperação histórica das Cúpulas do BRICs foi baseada em Vieira de Jesus (2013).

2 Da formação do acrônimo à realização das cúpulas: uma breve história do BRICs

Para a construção desse texto, foi utilizado o artigo intitulado *"De Nova York a Durban: o processo de institucionalização dos BRICS"* do autor Diego Santos Vieira de Jesus. O artigo faz uma trajetória dos países do BRICS desde a criação do acrônimo, passando pelas primeiras reuniões até chegarem à cúpula oficial de Durban, na África do Sul.

No final do ano de 2001, o economista Jim O'Neill escreveu um artigo sobre alguns fatores que levariam a ascensão econômica de certos países que não eram considerados potências econômicas mundiais ou economias desenvolvidas. O autor traçou um paralelo entre China, Índia, Brasil e Rússia e os países que faziam parte do grupo das sete grandes potências, o G7, com o objetivo de fazer comparações de crescimento econômico entre eles,

dentro de quatro cenários possíveis que projetavam situações em face das diferentes taxas decrescimento do PIB de cada país, em um intervalo de tempo de dez anos e que, depois deste período, seria plausível que houvesse uma nova organização do bloco G7 para receber essas potências emergentes. (DE JESUS, 2013, p.33).

É interessante afirmar que o BRIC não é um bloco econômico como a União Europeia, por exemplo, que é formada pelas nações europeias que possuem maior relevância econômica, tem interesses políticos e econômicos em comum e possuem uma moeda oficial, ou então como o MERCOSUL em que o Brasil encontra-se inserido e que também tem como objetivo o fortalecimento e o estreitamento entre os países que estão localizados na parte sul do continente americano. O BRIC é um acordo político que existe com a finalidade de promover mudanças dentro do contexto das instituições que ditam o ritmo das relações internacionais para descentralizar o poder concentrado nas grandes potências mundiais como os Estados Unidos, por exemplo.

Em 16 de junho de 2009, ocorre a Primeira Cúpula Oficial na cidade de Ecaterimburgo, na Rússia. Em resumo, as conclusões feitas foram que: o caminho para uma nova arquitetura econômica e financeira deveriam seguir os princípios da democracia e da transparência, desenvolver uma base legal sólida, definir padrões entre instituições regulatórias nacionais e órgãos internacionais, os Estados ficariam dispostos a trabalharem em conjunto para frearem o protecionismo comercial. A Primeira Cúpula Oficial do BRIC marca a institucionalização do grupo e o status de articulação de chefes de Estado, ou seja, antes da cúpula, o acrônimo era uma articulação diplomática que se reunia através de encontros informais que geralmente eram feitos quando existiam conferências que tinham maior relevância como a AGNU.

A II Cúpula Oficial dos BRIC ocorreu em Brasília, capital do Brasil, em abril de 2010. Mais uma vez, a questão da multipolaridade de ideias foi abordada e, além disso, a Organização das Nações Unidas (ONU) foi um tema falado e sua reforma discutida para que tanto o Brasil, quanto a Índia pudessem ter maior autonomia dentro da organização. (DE JESUS, 2013, p.43). É evidente que o tema central da cúpula foi a economia mundial e como ela estava caminhando até aquele momento após a crise de 2008.

A III Cúpula Oficial dos BRICS aconteceu em 2011, em Sanya, na China. O principal foco de debate da reunião foi, novamente, as questões democráticas acerca das decisões que influenciam na dinâmica global, as discussões de forma multilateral, a reforma da ONU em relação ao Conselho de Segurança do qual a China e a Rússia já faziam parte e, dessa forma, defendiam o ingresso de Brasil, Índia e da África do Sul (que passou a fazer parte do agrupamento desde então). Segundo Stuenkel (2017) a ascensão da África em termos mais gerais – é um fenômeno que, da perspectiva do BRICS, é de uma importância estratégica e geopolítica significativa.

Em 2012, foi realizada a IV Cúpula Oficial dos BRICs, na capital da Índia, Nova Déli. Como de costume após cada cúpula, foram formuladas a Declaração de Nova Déli e Plano de Ação de Nova Déli. Na primeira, foram apontadas críticas em relação aos países desenvolvidos economicamente que estavam no caminho da liquidez mundial excessiva e, dessa forma, prejudicavam os mercados emergentes, principalmente na questão dos preços das commodities, que eram a principal forma de exportação do Brasil, por exemplo.

A V Cúpula Oficial dos BRICs aconteceu na cidade de Durban, na África do Sul, em março de 2013. Foi a primeira cúpula no continente africano e marca a consolidação do país que havia ingressado no agrupamento dois anos antes. O compromisso com o

multilateralismo, do direito internacional, da importância da ONU para o contexto mundial foram os temas destacados (ETHEKWINI DECLARATION, 2013).

A inauguração do chamado Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) e do Arranjo Contingente de Reserva (ACR) foi feito na VI Cúpula Oficial dos BRICs, realizada em 2014, na Cidade de Fortaleza, na região nordeste do Brasil. Essas duas instituições financeiras são as primeiras propostas colocadas em prática pelos BRICs desde a sua criação. Elas vieram como alternativas em relação às duas principais instituições de Bretton Woods que são, até os dias atuais, o FMI e o BM.

Em 2025 foi realizada a VII Cúpula Oficial dos BRICs, na cidade de Ufá, na Rússia. A reunião marcou o início das ações do Novo Banco de Desenvolvimento e do Arranjo Contingente de Reservas. A Declaração de Ufá aproveitou o aniversário de 70 anos da ONU para reafirmar o apoio de China e Rússia para que Brasil, África do Sul e Índia tivessem um influência maior dentro da Organização das Nações Unidas. Temas de segurança foram expostos pela declaração e o repúdio ao uso de força militar, de sanções econômicas impostas de forma unilateral foram reiterados pelo agrupamento. (DECLARAÇÃO DE UFÁ, 2015).

A VIII Cúpula Oficial dos BRICs aconteceu novamente na Índia, em Goa, em outubro de 2016. Na reunião, o mérito mais debatido foi, novamente, a importância que os países emergentes teriam para que se pudesse construir caminhos que levassem o mundo ao estado de paz e ao desenvolvimento sustentável de forma íntegra

Em setembro de 2017, a IX Cúpula Oficial dos BRICs em Xiamen, na China. O conjunto celebrou a marca de 10 anos trabalhando junto dentro dos padrões estabelecidos para que os países emergentes pudessem ter maior papel de influencia dentro do cenário político e econômico internacional. O estabelecimento pleno do NDB e do ACR também foi comemorado pelos BRICs. Em termos econômicos, a Declaração de Xiamen tratou na

colaboração entre os países “em ciência, tecnologia & inovação (CTI) para estabelecer sinergias no aproveitamento do novo impulso de crescimento para nossas cinco economias e para continuar o enfrentamento dos desafios de desenvolvimento.” (DECLARAÇÃO DE XIAMEN, 2017).

Em 2018 ocorre a X Cúpula Oficial dos BRICs, em Joanesburgo, na África do Sul. Foi uma importante marca alcançada por um grupo de países emergentes que, a primeira vista, não tinham nada em comum, entretanto ao agirem de forma cooperativa, conseguiram impactar de forma positiva no cenário global ao trazer ideias que mudassem uma ordem internacional extremamente consolidada, principalmente no período pós Guerra Fria. (DECLARAÇÃO DE JOANESBURGO, 2018).

O Brasil sediou, ao final do ano de 2019, a XI Cúpula Oficial dos BRICs, em Brasília. Os líderes de cada país participaram da reunião que tinha como tema central: “BRICs: crescimento econômico para um futuro inovador”. Os BRICs fecham o ano de 2019 desejando melhorias na infraestrutura do Brasil com cinco projetos voltados para o Nordeste brasileiro. Dentre esses, estão inseridas as construções de rodovias até a adaptação de empresas já existentes na região para que obedecessem aos padrões ambientais. Os recursos financeiros utilizados para a realização dessas obras é proveniente do Novo Banco do Desenvolvimento, que tem a participação de todos os países do agrupamento.

3 Contexto e considerações sobre os países do BRICs

As primeiras ideias de desafiar a chamada “Ordem Internacional” surgiram em reuniões com os países que gostariam de ter maior participação nas instituições criadas durante a Segunda Guerra como o Banco Mundial e o FMI. Entre esses países que buscavam maior espaço, estavam Brasil, China, África do Sul e a Rússia. Através desses fatos percebe-

se como os países que formariam o BRICS trabalhavam por causas similares muito antes de o conceito ser cogitado em 2001.

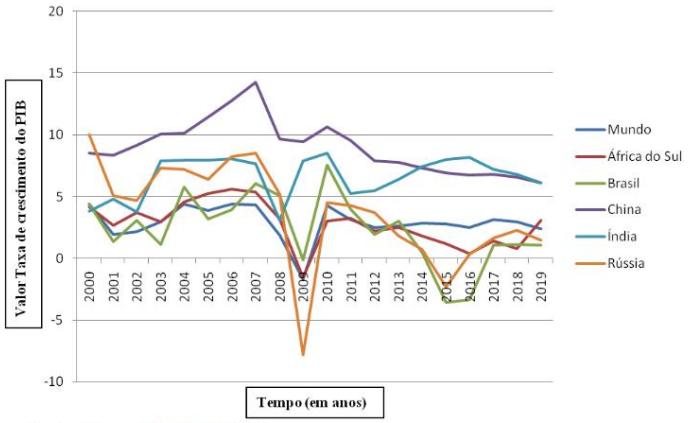
A partir desse contexto, deve-se lembrar de que o grau de desenvolvimento dos países era definido por apenas dois grupos: os desenvolvidos (as potências, industrializados) e os subdesenvolvidos (pouco industrializados). Contudo alguns países subdesenvolvidos apresentavam maior potencial de desenvolvimento devido a diversas características particulares que pesavam ao seu favor. Dessa maneira, uma nova categoria é veiculada aos países que, um dia, poderiam alcançar o grau de desenvolvimento a ponto de se tornarem potências do cenário internacional: os países emergentes. É importante atribuir que, de acordo com Paulo Visentini (2013), "durante os anos de 1970 e 1980 os países do Terceiro Mundo, lograram alcançar certo nível de industrialização e a acumulação de poder político, foram classificados como potências médias, ou, ás vezes, potências regionais". China, Rússia, Índia, Brasil, África do Sul, além de outros, receberam tal classificação, até que, em 2001, Jim O'Neill criou o acrônimo Bric e o subjacente conceito de potência emergente.

Esses cinco países possuem: abundâncias em recursos naturais e em algumas matérias primas e, assim sendo, se destacam pela alta exportação de commodities, além de possuírem grandes empresas multinacionais em seus territórios e comportarem populações que podem chegar à casa dos bilhões, que é o caso da Índia e da China, que também pode ser um fator que auxilia de forma direta no desenvolvimento. Após listar algumas características desses países.

Com exceção da África do Sul, os demais aparecem entre dez países mais extensos do mundo. Em relação ao tamanho populacional desses países, já que esse fator pode indicar a uma possibilidade maior de desenvolvimento, destacamos a China e a Índia que ultrapassaram a casa de um bilhão de habitantes em seus países - primeiro e segundo lugares -

respectivamente, do ranking de países mais populosos do mundo. O Brasil em 2018 ocupava a quinta posição do ranking, mas atualmente caiu para o sexto lugar, sendo ultrapassado pelo Paquistão. Traçados os comparativos entre extensão territorial e número da população entre esses quatro países, é preciso entender quais são suas bases econômicas. Por terem tido uma industrialização tardia, esses países dependem principalmente da exportação de matéria prima para alavancarem suas economias. A China atualmente já alcançou outro nível econômico em relação à África do Sul, Brasil e Índia que será mostrado através da comparação do Produto Interno Bruto (PIB) de cada um deles que será mostrado a seguir.

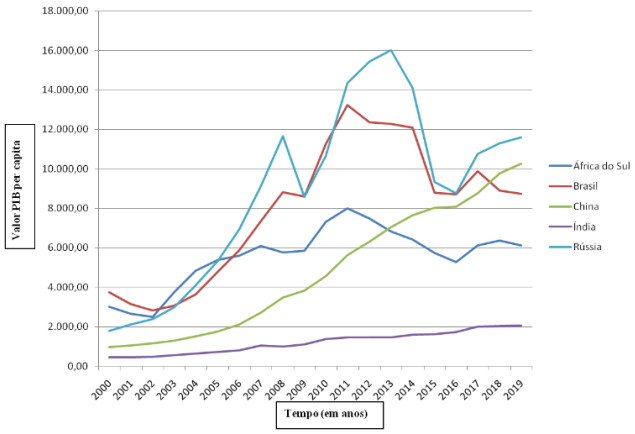
Gráfico 1 Taxa de crescimento econômico (% do PIB) do Mundo e dos BRICs entre 2000 e 2019.



Fonte: Banco Mundial (2018)

É notório como a China se destaca em relação aos demais países do BRICs e a própria média global no período atribuído pelo Gráfico 1. O próximo gráfico mostrará a taxa de crescimento do PIB per capita dos BRICs para que se entenda a comparação com a taxa de crescimento do PIB em geral.

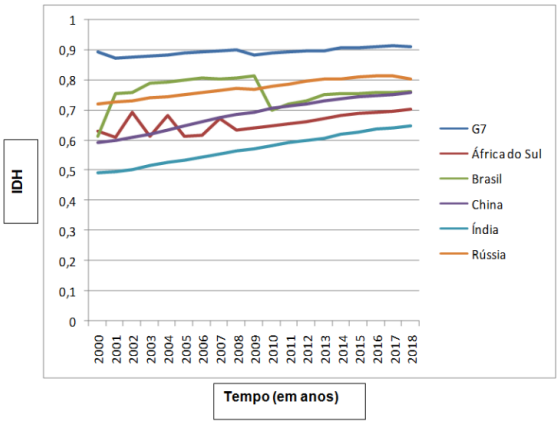
Gráfico 2 - PIB per capita dos BRICs (em dólares) entre 2000 e 2019.



Fonte: Banco Mundial (2018)

Apesar de apresentarem uma taxa de crescimento do PIB consideravelmente alta, China e Índia não possuem os maiores PIB per capita do BRICs. Isso se deve ao fato das políticas econômicas desses países privilegiarem as exportações. Por outro lado, a Rússia mesmo em recessão econômica, consegue manter um PIB per capita alto frente a sua população.

Gráfico 3 - IDH dos países do G7 e dos BRICs.



Fonte: Country Economy e PNUD.

Como pode ser observado no gráfico 3, o IDH dos países que compõem os BRICs teve um significante progresso ao longo dos últimos anos, contudo os números não são suficientes para descrevê-los como países desenvolvidos. Comparado com a média do IDH dos países que fazem parte do G7, os países emergentes precisam equiparar seu crescimento econômico com seus aspectos de envolvimento social para que possam assumir a acunha de países

desenvolvidos um dia. Mas como o Brasil foi impactado, seja de forma positiva ou de forma negativa, ao longo dos anos por fazer parte dos BRICs?

4 O Brasil nos BRICs: avanços e retrocessos nos últimos 10 anos.

O país se destaca pela exportação de commodities e, ao longo dos anos, desde que o BRICs foi criado, essa prática econômica adquiriu relevância entre dos países emergentes. Apenas nos anos 2000 e 2001 o Brasil negociou a maior parte da sua soja para a Europa, no caso a Holanda foi o maior destino, a partir de 2002, o que se percebe é um domínio completo por parte da China. A exportação de petróleo bruto do Brasil foi crescendo ao longo do século XXI. No começo dos anos 2000, as maiores vendas foram para os Estados Unidos e para algumas ilhas do Caribe. Contudo, em 2013, a China mostrou que poderia, mais uma vez, torna-se o maior comprador de um produto brasileiro. Fato que se consolidou em 2015 e que se estendeu até o ano de 2018. Já o minério de ferro é um dos principais produtos exportados pelo Brasil. Sua compra é feita de forma majoritária pela Ásia. A China importa a maior parte desse produto brasileiro desde 2002 até 2018. (OCE, 2019).

O açúcar brasileiro é o produto brasileiro que não tem tanta dominância de compra por apenas um ou por poucos países, apesar da Rússia obter a maior porcentagem das vendas na primeira década do século XXI. O valor negociado ficou bem distribuído entre os países da Europa, África, Ásia e Oriente Médio. Emirados Árabes Unidos,

Arábia Saudita, Egito e Marrocos são países que fazem o consumo do açúcar do Brasil, porém não obtiveram as maiores compras entre 2000 e 2018. Os dados apresentados sobre os quatro produtos que são destaque na exportação brasileira mostram como o país foi depende da China ao longo do século XXI, o país asiático comercializa a soja e o minério de ferro de forma praticamente exclusiva. Essa parceria apenas se fortaleceu com o surgimento

dos BRICS e dos acordos comerciais feitos nas diversas reuniões desde a sua criação. O Brasil exporta para a Rússia e para Índia dentro do grupo, contudo o único país que não apareceu nos dados foi a África do Sul, que apresenta a economia mais frágil do agrupamento e não possui o mesmo poder de compra das outras nações.

Para o Brasil, entre 2011 e 2019, em relação às taxas de crescimento do PIB e do PIB per capita, houve um declínio considerável. O país ainda passa uma tentativa de se recuperar da forte queda do PIB entre 2015 e 2016 em que os valores ficaram abaixo de zero. Tal queda influenciou de forma direta na diminuição do PIB per capita, em que no ano de 2011, os valores passavam dos 13 mil dólares, contudo em 2019 já estavam abaixo dos 10 mil dólares.

Ao levar em consideração o contexto desenvolvido nessa pesquisa, é plausível responder algumas questões que envolvem o Brasil dentro da sua participação. O Brasil é protagonista dentro do grupo? O Brasil passou sim por momentos de protagonismo, principalmente em termos diplomáticos nas cúpulas oficiais e em outras reuniões relevantes para defender os interesses dos países emergentes, o que foi no caso nas questões do FMI e do BM e na inauguração do NDB e do ACR em meio a cúpula de Fortaleza, em 2014, que marcou um passo importante para o auxílio financeiro aos países do agrupamento e estabeleceu o primeiro projeto a ser posto em prática pelos BRICs que influenciaria de maneira direta nas relações com outras instituições financeiras.

A participação do Brasil nos BRICs trouxe vantagens em termos econômicos? O país já tinha seus parceiros de exportação na economia e houve a manutenção da China como um dos principais negociadores da soja e do minério de ferro brasileiros, também exposta nas tabelas desse capítulo.

A participação do Brasil nos BRICs trouxe vantagens em termos políticos e sociopolíticos? A solução encontrada, e atendida, foi ampliar o encontro entre as nações mais

poderosas do globo, o anteriormente G7, transformou-se em G20. É importante lembrar também que o Brasil ganhou apoio direto da Rússia e da China para ter maior importância dentro do Conselho de Segurança da ONU, dessa mesma maneira, o Brasil também auxiliou a Rússia a fazer parte da OMC.

O que esperar do Brasil e dos BRICs atualmente? O Brasil passa por um momento de tentativas de recuperação econômica, atualmente o país tem maior aproximação com os Estados Unidos do que com outros países em desenvolvimento. É fato que o Brasil estará abaixo das expectativas traçadas pelo economista britânico, contudo o caminho brasileiro até a atualidade tem uma perspectiva positiva. Sobre os demais países do acrônimo, deve-se destacar a China e a Índia, que continuam a se destacar por suas economias extremamente sólidas e a expectativa é que isso não se altere daqui pra frente. A Rússia também tem seu destaque, porém ainda possui questões externas por territórios, um exemplo é o conflito histórico com a Ucrânia devido ao caminho utilizado pelo óleo duto na região da Crimeia. A África do Sul, anexada apenas em 2011 ao grupo, tem um papel importante no contexto da globalização para difundir para todo globo a importância de se dialogar sobre assuntos de caráter social e de saúde pública como o combate ao vírus responsável pela doença AIDS, por exemplo. A África do Sul é o país mais frágil economicamente do grupo suas bases giram em torno do turismo local, o que torna complicada a tarefa de traçar expectativas para os próximos anos.

5 Considerações finais

Por fim, quando o economista Jim O'Neill, da agência Goldmann Sachs publicou seu artigo sobre uma possível mudança no paradigma econômico mundial ao creditar o possível crescimento econômico de países que, pelo histórico percorrido, não eram cogitados a se

desenvolverem, não imaginou-se o impacto que um grupo de quatro países com diversas características distintas, poderia causar ao mundo com um discurso de igualdade e de sustentabilidade. Desde o início das reuniões, o ponto de partida para o começo da mudança estava definido: cobrar mudanças nas principais instituições financeiras vigentes, o FMI e o BM. Os BRIC acreditavam que alcançariam seus objetivos se os países em desenvolvimento pudessem ter maior legitimidade nas instituições que ofereciam crédito aos países. Entretanto, o agrupamento precisava de uma maior autenticidade e a institucionalização era necessária. Assim, foi acordado entre os quatro países que as chamadas cúpulas oficiais seriam realizadas em diferentes sedes de forma anual. Com isso, as cúpulas foram acontecendo ao longo dos anos e a base de discussão era a mesma: multipolaridade de ideias e mudanças nas instituições financeiras.

No ano de 2011, o acrônimo BRIC torna-se BRICs, pois a entrada da África do Sul é aceita e o agrupamento passa a ter cinco membros. O chamado Novo Banco de Desenvolvimento e o Arranjo Contingente de Reserva foram inaugurados na cúpula de Fortaleza, no Brasil, em 2014. Foi a principal ideia colocada em prática pelo grupo na sua trajetória. Os anos seguintes expuseram as diferenças econômicas entre os países do grupo, enquanto China e Índia mantinham suas bases econômicas sólidas, Brasil e Rússia atingiram taxas de crescimento do PIB negativas, chegando à recessão das suas economias. Esse fato foi consolidado pela queda na exportação de commodities, que eram uma das principais atividades econômicas desses países.

Para o Brasil, a participação nos BRICs foi promissora em seu início. O país manteve uma proximidade de diálogo maior com os países em desenvolvimento do que com os países desenvolvidos, também houve uma maior exposição para o Brasil, mesmo com desconfiança das maiores potências. As expectativas para os BRICs atualmente não são animadoras, a

disparidade político-econômica entre seus membros nunca esteve tão evidente, e para que os diálogos e as parcerias entre o Brasil e os demais membros do grupo retornem, é preciso que haja a estabilização interna do país em termos econômicos e políticos e a necessidade de uma reaproximação com os países emergentes é explícita.

6 Referências Bibliográficas

BAUMANN, Renato et al. ***BRICS: estudos e documentos***. 1. ed. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2015.

BAUMANN, Renato et al. ***O Brasil e os demais BRICs: comércio e polític****a*. 1. ed. Distrito Federal: Estação Gráfica, 2010.

COUNTRY ECONOMY. **Índice de Desenvolvimento Humano**. *Country Economy*, 2020. Disponível em: https://pt.countryeconomy.com/demografia/idh?anio=2016

DA SILVA, Roberta Rodrigues Marques; GOMES, Eduardo Rodrigues. **BRICS como coalização transregional de advocacy.** *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, Porto Alegre, v. 8, n. 15, p. 26-48, jan./jun. 2019. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/austral/article/viewFile/87685/52901

DE ALBUQUERQUE, Edu Silvestre. **A teoria geopolítica meridionalista de André Martin.** *Revista de Geopolítica*, Rio Grande do Norte, v. 5, n. 2, p. 15-18, jul./dez. 2014. Disponível em: http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/106/105

DECLARAÇÃO DE BRASÍLIA. Brasília, 14 nov. 2019. *Ministério das Relações Exteriores*. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-de-brasilia-11-cupula-do-brics

DECLARAÇÃO DE FORTALEZA. Fortaleza, 15 jul. 2014. *Ministério das Relações Exteriores*. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/vi-cupula-brics-declaracao-de-fortaleza-15-de-julho-de-2014

DECLARAÇÃO DE GOA. Goa, 16 out. 2016. *Ministério das Relações Exteriores*. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/viii-cupula-do-brics-goa-india-15-e-16-de-outubro-de-2016-declaracao-e-plano-de-acao-de-goa

DECLARAÇÃO DE JOANESBURGO. Joanesburgo, 27 jul. 2018. *Ministério das Relações Exteriores*. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/x-cupula-dos-brics-declaracao-de-joanesburgo-27-de-julho-de-2018-ingles

DECLARAÇÃO DE UFÁ. Ufá, 09 jul. 2015. *Ministério das Relações Exteriores*. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/vii-cupula-do-brics-declaracao-de-ufa-ufa-russia-9-de-julho-de-2015

DECLARAÇÃO DE XIAMEN. Xiamen, 04 set. 2017. *Ministério das Relações Exteriores*. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/nona-cupula-do-brics-declaracao-de-xiamen-xiamen-china-4-de-setembro-de-2017

DE JESUS, Diego Santos Vieira. **De Nova York a Durban: o processo de institucionalização dos BRICS.** *Revista Oikos*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 32-62, jun. 2013. Disponível em: http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/viewArticle/321

O'NEILL, Jim. **Building better global economic BRICs**. *Goldman Sachs*, 30 nov. 2001. Disponível em: https://www.goldmansachs.com/insights/archive/archive-pdfs/build-better-brics.pdf

STUENKEL, Oliver. ***BRICS e o futuro da ordem global***. 1. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2017.

VISENTINI, Paulo Fagundes et al. ***BRICS: as potências emergentes***. 1. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

THE OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY**. Economic Complexity Rankings (ECI)**. Disponível em: https://oec.world/en/profile/country/bra?depthSelector2=HS4Depth&yearSelector1=exportGrowthYear6&yearSelector2=importGrowthYear22